



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO –Nº 070/2016 (GMS ____/____).

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADAS(S) PARA O FORNECIMENTO DE CARGA DE EXTINTOR, DE FORMA A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO PENAL (DEPEN) DO ESTADO DO PARANÁ, QUE FAZEM ENTRE O ESTADO DO PARANÁ ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, E A EMPRESA EXTINCOM DO BRASIL - COMERCIO e MANUTENÇÃO DE EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA - EIRELI- ME.

PROTOCOLO: 13.640.546-2

O ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, inscrito no CNPJ sob n.º 76.416.932/0001-81, com sede localizada junto à Rua Deputado Mário de Barros, n.º 1.290, Centro Cívico, CEP: 80.530-280, Centro Cívico, Curitiba/PR, neste ato representada pelo senhor **WAGNER MESQUITA DE OLIVEIRA** e a Empresa **EXTINCOM DO BRASIL - COMERCIO e MANUTENÇÃO DE EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA - EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 19.320.823/0001-22, com sede na Rua Professora Regina C. Marinoni, 264, Bairro Prado Velho Município de Curitiba-PR, neste ato representado por, **RAFAEL MATUDA** RG nº 77.44.709-1 e CPF 038.522.499-02, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente **CONTRATO** para **FORNECIMENTO DE RECARGA DE EXTINTOR**, obedecidas as condições constantes do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 062/2015(GMS551/2015) – SESP**, e da proposta da **CONTRATADA**, datada de 22/10/2015, documentos estes que fazem parte integrante do presente contrato em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Dos Documentos Integrantes deste Contrato

A contratada obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Eletrônico e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO N. 062/2015 (GMS 551/2015) SESP** com todos os seus Anexos;
- Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela **CONTRATADA**;
- Protocolo nº13.640.546-2 de 08/06/2015.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 070/2016 (GMS ____/____).

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto

o presente contrato tem por objeto a aquisição de serviços de contratação de empresa(s) especializadas(s) para o fornecimento de carga de extintor – tipo pó químico seco pqs 4kg, tipo pó químico seco pqs 6kg, tipo pó químico seco pqs 8kg, pó químico seco pqs 12kg, tipo gás carbônico co² 6kg, tipo gás carbônico co² 12kg, tipo água pressurizada 6l, tipo água pressurizada 7,5l e tipo água pressurizada 10l, acessórios, prestação de serviços de manutenção e teste hidrostático, incluindo a substituição de peças defeituosas em todos os extintores de incêndio, com entrega única, de forma a atender às necessidades do departamento de execução penal (depen) do estado do Paraná, pela parte do contratante, proveniente do lote 09 do pregão em epígrafe, fornecido pela contratada de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no edital e conforme proposta comercial da empresa datada de 22/10/2015.

LOTE 09					
ITEM	QTD	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Casa de Custódia de Curitiba-CCC	13	Unidade	Pó químico seco PQS 12kg	68,80	894,40
	4	Unidade	Gás carbônico CO ₂ 6 kg	75,65	302,60
Centro de Regime Semiaberto Feminino de Curitiba-CRAF	1	Unidade	Pó químico seco PQS 4 kg	34,90	34,90
	2	Unidade	Pó químico seco PQS 6 kg	47,00	94,00
	3	Unidade	Gás carbônico CO ₂ 6 kg	75,65	226,95
	1	Unidade	Água pressurizada 10 L	34,00	34,00
Centro de Regime Semiaberto da Lapa- CRSL	3	Unidade	Gás carbônico CO ₂ 6 kg	75,65	226,95
	3	Unidade	Água pressurizada 10 L	34,00	102,00
	21	Unidade	Pó químico seco PQS 12 kg	68,80	1444,80
	7	Unidade	Gás carbônico CO ₂ 6 kg	75,65	529,55
	11	Unidade	Água pressurizada 10 L	34,00	374,00
Casa de Custódia de Piraquara-CCP	21	Unidade	Pó químico seco PQS 4 kg	34,90	732,90
	3	Unidade	Pó químico seco PQS 6 kg	47,00	141,00
	4	Unidade	Pó químico seco PQS 12 kg	68,80	275,20
	7	Unidade	Gás carbônico CO ₂ 6 kg	75,65	529,55
	1	Unidade	Gás carbônico CO ₂ 12 kg	105,30	105,30
	1	Unidade	Água pressurizada 10 L	34,00	34,00
Penitenciária Estadual de Piraquara II-PEP II	73	Unidade	Pó químico seco PQS 4 kg	34,90	2547,70
	6	Unidade	Pó químico seco PQS 6 kg	47,00	282,00
	3	Unidade	Pó químico seco PQS 12 kg	68,80	206,40
	10	Unidade	Gás carbônico CO ₂ 6 kg	75,65	756,50
	6	Unidade	Água pressurizada 10 L	34,00	204,00
Penitenciária Estadual de Piraquara – PEP	42	Unidade	Pó químico seco PQS 4 kg	34,90	1465,80
	2	Unidade	Pó químico seco PQS 12 kg	68,80	137,60
	9	Unidade	Gás carbônico CO ₂ 6 kg	75,65	680,85
	16	Unidade	Água pressurizada 10 L	34,00	544,00



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 070/2016 (GMS ____ / ____).

Penitenciária Feminina do Paraná-PFP	19	Unidade	Pó químico seco PQS 4 kg	34,90	663,10
	1	Unidade	Pó químico seco PQS 8 kg	55,70	55,70
	8	Unidade	Pó químico seco PQS 12 kg	68,80	550,40
	2	Unidade	Água pressurizada 10 L	34,00	68,00
Colônia Penal Agroindustrial do Paraná-CPAI	15	Unidade	Pó químico seco PQS 4 kg	34,90	523,50
	2	Unidade	Pó químico seco PQS 6 kg	47,00	94,00
	1	Unidade	Pó químico seco PQS 12 kg	68,80	68,80
	8	Unidade	Gás carbônico CO ₂ 6 kg	75,65	605,20
	2	Unidade	Água pressurizada 10 L	34,00	68,00
Penitenciária Central do Estado do Paraná-PCE	3	Unidade	Pó químico seco PQS 4 kg	34,90	104,70
	12	Unidade	Pó químico seco PQS 6 kg	47,00	564,00
	12	Unidade	Gás carbônico CO ₂ 6 kg	75,65	907,80
	12	Unidade	Água pressurizada 10 L	34,00	408,00
	1	Unidade	Água pressurizada 6 L	34,00	34,00
	3	Unidade	Água pressurizada 7,5 L	34,00	102,00
Departamento de Execução Penal-DEPEN	6	Unidade	Pó químico seco PQS 6 kg	47,00	282,00
	5	Unidade	Gás carbônico CO ₂ 6 kg	75,65	378,25
	18	Unidade	Água pressurizada 7,5 L	34,00	612,00
Casa de Custódia de São José dos Pinhais – CCSJP	10	Unidade	Pó químico seco PQS 4 kg	34,90	349,00
	7	Unidade	Pó químico seco PQS 12 kg	68,80	481,60
Curitiba e Região Metropolitana	210	Unidade	Teste hidrostático	10,30	2163,00
VALOR TOTAL				R\$ 21990,00	

CLÁUSULA TERCEIRA - Vigência do Contrato

O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - Da Responsabilidade do Gerenciamento:

O CONTRATANTE procederá o gerenciamento do presente contrato por meio de servidor conforme indicado abaixo. A fiscalização do contrato se dará pelo canal técnico e não pelo canal hierárquico da Instituição.

Parágrafo primeiro: A gestão do contrato será exercida pelo Chefe do Grupo Auxiliar Administrativo -GAA/DEPEN / Agente de Execução /Técnico Administrativo -Nome Completo: **Estevão Junckes Neto** -RG: 4.588.321-3 -Setor: Grupo Auxiliar Administrativo -GAA/DEPEN -Email: estevao@depen.pr.gov.br -Telefone: (41) 3356-4140.

Atribuições do Gestor do Contrato:

- Manter sob sua guarda os contratos e seus termos aditivos;
- Solicitar à contratada a indicação de preposto;



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO –Nº 070/2016 (GMS ____/____).

- c. Manter arquivado todos os documentos relativos ao contrato em ordem cronológica, registrando no processo os fatos ocorridos a fim de documentá-los, cuidando para que os despachos sejam emitidos dentro do prazo;
- d. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, a necessidade de prorrogação ou de nova contratação e tomar as providências cabíveis que estiverem na esfera de sua atribuição;
- e. Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- f. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando sempre o valor do contrato;
- g. Conferir toda a documentação que acompanha a Nota Fiscal de prestação de serviços contínuos, através de formulário próprio para certificação da despesa e encaminhamento da Nota Fiscal para pagamento, a fim de verificar se a empresa está em dia com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- h. Havendo necessidade de devolução da nota fiscal ou qualquer outro documento manter uma cópia no processo, justificando o motivo da devolução;
- i. Sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;
- j. Emitir pareceres e relatórios como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões.

Parágrafo Segundo: A Fiscalização do contrato durante a execução do serviço será de responsabilidade do Agente Penitenciário -Nome Completo: Wanderlei Aguiar – RG: 5.397.927-0 –Setor: Grupo Auxiliar Administrativo -GAA/DEPEN, setor de contratos – Email: wanderleiaguiar@depen.pr.gov.br-Telefone: (41) 3257-8830.

Atribuições do Fiscal do Contrato:

- a. Conhecer detalhadamente o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração para o fiel cumprimento do contrato;
- b. Conhecer a descrição dos serviços a serem executados (prazos, locais, material a ser empregado, etc.);
- c. Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;
- d. Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços por inadequação ou vícios que apresentem;
- e. Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;
- f. Anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhar cópia ao Gestor do Contrato;
- g. Zelar pela fiel execução do serviço, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO –Nº 070/2016 (GMS ____/____).

- h. O Fiscal do Contrato anotarás todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, utilizando-se para tanto de um livro próprio.
- i. O Fiscal do Contrato é responsável pelo recebimento do objeto e tem o dever de conferir se o produto entregue corresponde fielmente ao que foi licitado e contratado, no que toca às especificações técnicas e também aos aspectos quantitativos e qualitativos;
- j. Após a conferência da entrega do produto, deve-se rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as condições pré-estabelecidas, fixando o prazo para que este promova correção ou substituição do referido produto;
- k. Caso o fornecedor não corrija as inconsistências apontadas, no prazo que lhe foi assinalado, deverá o Fiscal do Contrato, comunicar o Gestor do Contrato, mediante parecer fundamentado, os fatos ocorridos, as inconsistências entre o que estava contratado e o que foi entregue pelo fornecedor, bem como as tentativas de solucionar o problema, juntando todos os documentos que forem necessários para provar os fatos narrados.
- l. Os registros de ocorrências deverão ser guardados uma via com os fiscais e encaminhados uma cópia ao Gestor do Contrato para conhecimento e demais providências.

CLÁUSULA QUINTA - Das Condições de Pagamento

Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº062/2015 (GMS 551/2015)**, o pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em até 30 (trinta) dias após a data do protocolo de entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização competente.

Parágrafo Primeiro: O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Segundo: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE**, em decorrência de penalidade ou inadimplência. Nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações da Contratada

- I. Retirar a ordem de compra, ou documento equivalente, em até 05 (cinco) dias úteis após ser notificado pelo órgão contratante, sob pena de decadência do direito de contratar e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- II. Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato firmado ou na entrega a ser efetuada;
- III. O contratado deverá estar em dia perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração, perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), FGTS e Justiça do Trabalho, mantendo esta condição de regularidade durante toda a execução do contrato, sob pena de rescisão unilateral do contrato pela Administração Pública;
- IV. Informar e manter atualizados os números de fac-símile, telefone e endereço eletrônico, bem como o nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração;



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 070/2016 (GMS ____/____).

- V. Os contatos a que se faz referência neste item serão formalizados pelo licitante;
- VI. Em havendo cisão, incorporação ou fusão da empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, pelo órgão contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado;
- VII. Para fins de inquirição a respeito do dispositivo susodito, a empresa que resultar das operações de mercado ali descritas fica obrigada a apresentar, imediatamente, a documentação comprobatória da sua situação e declaração de que tal alteração não afetará a execução do contrato;
- VIII. O contratado deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura discriminativa do material entregue ou do serviço prestado;
- IX. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, de acordo com o inciso I do Art. 120 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- X. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o inciso II do Art. 120 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- XI. O Contratado é o único responsável pelo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de acordo com os § 1º e 2º do art. 121 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- XII. Para fazer jus ao pagamento, o contratado deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura discriminativa dos produtos entregues à **CONTRATANTE**;
- XIII. O contratado deverá manter atualizado o Cadastro de Licitantes do Estado – CLE até o final cumprimento do contrato decorrente deste certame licitatório.

CLÁUSULA SÉTIMA - Das Obrigações da Contratante

- I. Proporcionar todas as condições para que a(s) empresa(s) vencedora(s) possa (m) entregar os equipamentos no local indicado pela Administração;
- II. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela fornecedora, de acordo com o exigido pela Administração;
- III. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos equipamentos por parte da empresa(s) vencedora(s);
- IV. Notificar a fornecedora, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega ou garantia dos produtos fornecidos.

CLÁUSULA OITAVA - Do Valor

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de **R\$ 21.990,00** (vinte e um mil, novecentos e noventa reais) pela aquisição do bem proveniente do Lote 09 do **PREGÃO**



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO –Nº 070/2016 (GMS ____/____).

ELETRÔNICO Nº062/2015 (GMS 551/2015), descrito na cláusula segunda do presente do contrato.

Parágrafo Único: As despesas do presente contrato correrão a conta **Dotação Orçamentária 3917.06421134.383** –Gestão do Sistema Penitenciário, elemento de despesa **3390.39** –outros serviços de terceiros –pessoa jurídica , fonte 113.

CLÁUSULA NONA - Do prazo de entrega

Obriga-se a **CONTRATADA** a efetuar a entrega em **até 20 (vinte) dias**, contados a partir do recebimento da nota de empenho, nos endereços conforme abaixo:

LOTE 9: CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE	CONTATO
Casa de Custódia Curitiba - CCC	Rua José Cheinfert, s/n - CIC - Curitiba	(41) 3614-2830	Erickson
Centro Regime Semiaberto Feminino de Curitiba - CRAF	Rua Monteiro Tourinho, 1.506 - Atuba - Curitiba	(41) 3251-3112	Adriano
Centro Regime Semiaberto da Lapa - CRSL	Rua Amazonas, 34 - Antena - lapa	(41) 3622-4328	Sergio
Complexo Médico Penal - CMP	Avenida Ivone Pimentel, s/n - Pinhais	(41) 3661-3012	Gerson
Casa de Custódia Piraquara - CCP	Rua das Palmeiras s/n - Piraquara	(41) 3589-8331	Anderson
Penitenciária Estadual de Piraquara II - PEPII	Rua Izídio Alves Ribeiro, s/n - Piraquara	(41) 3589-8019	Gilmar
Penitenciária Estadual de Piraquara - PEP	Rua das Palmeiras, s/n - Piraquara	(41) 3589-8520	Laercio
Penitenciária Feminina do Paraná - PFP	Rua das Palmeiras, s/n - Piraquara	(41) 3673-6882	Rosemeri
Colônia Penal Agroindustrial do Paraná - CPAI	Avenida Brasília s/n - Piraquara	(41) 3589-8630	João



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO –Nº 070/2016 (GMS ____/____).

Penitenciária Central do Estado - PCE	Rua das Palmeiras, s/n - Piraquara	(41) 3589-8401	Lino
Departamento de Execução Penal - DEPEN	Rua das Palmeiras, s/n - Piraquara	(41) 3257-8830	Aguiar
Casa de Custódia de São José dos Pinhais - CCSJP	Rua Sebastiana Santana Fraga, 427 - Guatupê	(41) 3299-4115	Celso

Parágrafo Primeiro: Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o(s) produto(s) não atende(m) às especificações contidas no edital e no presente contrato, o **CONTRATANTE** rejeita-lo-á, obrigando-se a **CONTRATADA** a providenciar a substituição do(s) produto(s) não aceito(s) no prazo de 02 (dois) dias.

Parágrafo Segundo: Não ocorrendo a substituição no prazo de indicado no parágrafo anterior, é facultado ao **CONTRANTE** rescindir o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Garantia

I- A garantia mínima exigida será de 12 (doze) meses para defeitos de fabricação, design, material, acabamento e para peças de reposição, a partir da data do fornecimento, sendo que para os produtos cobertos com garantia de fábrica superior a este parâmetro, prevalecerá a estabelecida pelo fabricante.

II - Os materiais a serem empregados deverão ser de boa qualidade e obedecer a estas especificações técnicas, bem como as Normas da ABNT no que for pertinente à questão, e na falta destas, ter suas características reconhecidas e certificadas por laboratórios tecnológicos idôneos;

III- Na execução da garantia, o conserto dos equipamentos deverá ser efetuado pelo **CONTRATADO** e às suas expensas;

IV- No ato da retirada do equipamento defeituoso, deverá o **CONTRATADO** disponibilizar ao **CONTRATANTE** outro equipamento similar, em perfeitas condições de uso e funcionamento, até que seja ultimado o conserto do equipamento defeituoso, para que não sejam interrompidos os serviços do **CONTRATANTE**.

V- O prazo para solução do problema será de no máximo 02 (dois) dias úteis do registro da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Penalidades

O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

I. Advertência;

II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório e no presente contrato;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 070/2016 (GMS ____/____).

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

Parágrafo Primeiro: As sanções previstas nas alíneas “I”, “III” e “IV” do item anterior poderão ser aplicadas ao contratado, cumulativamente com a multa.

Parágrafo Segundo: A advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de contratação.

Parágrafo Terceiro: Fica estipulada a Multa Moratória de 0,3% (trêsdécimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do bem/serviço atrasado, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e, decorrido 30 (trinta) dias de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa, ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente, em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando apenas a multa prevista no parágrafo quarto e compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da licitação por inadimplência total ao pactuado e ainda nos casos previstos no art. 152 – incisos I a IV da lei n.º 15.608/2007.

Parágrafo Quarto: A multa compensatória de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

Parágrafo Quinto: A multa, de 1% (um por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do faturamento mensal, será aplicada por atraso injustificado na execução dos contratos de prestação de serviços continuados ou de fornecimento parcelado de bens.

Parágrafo Sexto: A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada ao contratante que:

- a) abandonar a execução do contrato;
- b) incorrer em inexecução contratual.

Parágrafo Sétimo: A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

- a) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- b) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8.158/91;
- d) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

Parágrafo Oitavo: As penalidades previstas serão aplicadas mediante processo administrativo autorizado pela autoridade competente, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à contratada.

Parágrafo Nono: As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da Contratante no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 070/2016 (GMS ____/____).

Parágrafo Décimo: As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo IPCA/IBGE.

Parágrafo Décimo Primeiro: A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, bem como a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Décimo Segundo: Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

b) as pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

Parágrafo Décimo Terceiro: Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:

a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

b) os danos resultantes da infração;

c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e

e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

Parágrafo Décimo Quarto: Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas, de forma subsidiária, as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007 e da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Dos Casos de Rescisão

O inadimplemento, por parte da **CONTRATADA**, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato assegurará à **CONTRATANTE**, nos termos do Título IV – Seção IV da Lei Estadual nº 15.608/2007 em sua atual redação, combinado ao com a Sessão V, do Capítulo III da Lei nº 8.666/1993, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

Parágrafo Primeiro: Fica a critério do representante da **CONTRATANTE** declarar rescindido o contrato, nos termos do “caput” desta cláusula, ou aplicar as multas de que trata este contrato.

Parágrafo Segundo: Fica este contrato rescindido de pleno direito pela **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos de inadimplemento por parte da **CONTRATADA**:

I. Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 070/2016 (GMS ____/____).

II. Cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

III. Atraso injustificado da entrega do bem licitado;

IV. Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**. **Parágrafo terceiro:** A rescisão contratual também operar-se-á nos seguintes casos:

I. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE**, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.

II. Supressão, unilateral por parte da Administração, dos quantitativos dos bens, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 112, §1º da Lei Estadual nº 15.608/07.

III. Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

IV. Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

V. Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 73 da Lei Estadual nº 15.608/07.

Parágrafo Quarto: A rescisão deste contrato será:

I -determinação por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos descritos nos incisos I a XII e XVII a XX do art. 129 da Lei Estadual n. 15.608/07 e, ainda, na ocorrência de um ou mais dos casos previstos no art. 130 da Lei Estadual n. 15.608/07;

II -amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III -judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Quinto: Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Das Alterações Contratuais

Este contrato poderá ser alterado na ocorrência das hipóteses previstas no art. 112 da Lei Estadual nº 15.608/07 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Aumento ou Diminuição do Objeto Contratual

No interesse da Administração do órgão **CONTRATANTE**, os serviços poderão ser aumentados ou suprimidos, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsão do art. 112, § 1º, Inciso II da Lei Estadual nº 15.608/07.

Parágrafo Primeiro: É possível supressão acima de 25% do valor inicial do contrato, por convenção entre as partes, nos termos do art. 112, § 1º, Inciso IV, da Lei Estadual nº 15.608/07.

Parágrafo Segundo: Qualquer alteração que implique aumento ou supressão dos serviços observará as normas contidas no art. 112 da Lei Estadual nº 15.608/07, especialmente, a



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO –Nº 070/2016 (GMS ____/____).**

previsão do § 9º do referido artigo que trata do equilíbrio econômico-financeiro inicial pela Administração quando esta alterar unilateralmente o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da Legislação Aplicável

O presente contrato é regido pela Lei Estadual nº 15.608/2007, subsidiariamente nas Leis Federais nº 10.520/2002, nº 8.666/1993 e Lei Complementar Federal nº 101/2000, pelos Decretos Estaduais citados no preâmbulo do Edital da licitação, referentes ao objeto deste contrato, bem como, pelo Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Dos Casos Omissos

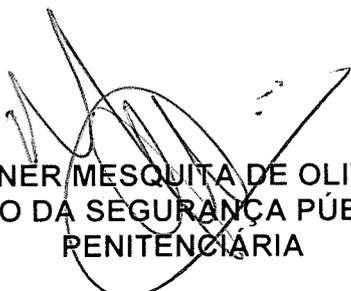
Os casos omissos serão resolvidos pela **CONTRATANTE**, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Curitiba, *Rde MARÇO* 2016


**WAGNER MESQUITA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA**

Rafael Matuda
**RAFAEL MATUDA
EXTINCOM DO BRASIL - COMERCIO e MANUTENÇÃO DE EXTINTORES E
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA - EIRELI- ME**

[Assinatura]
TESTEMUNHA 1

10 246 276 - S

Flaviano do Jesus Bueno Junior


TESTEMUNHA 2

RG 963198-4

KATSUHIRO MATUDA